

Índice

CAPÍTULO 33

RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

1. Noções gerais.....	21
2. Coisas que podem ser apreendidas	23
3. Coisas que não podem ser apreendidas.....	24
4. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	25
5. Coisas que podem e que não podem ser restituídas. Instrumentos do crime	27
6. A apreensão na hipótese do art. 19 da LCP	29
7. Produtos diretos e indiretos do crime	29
8. Restituição feita pela Autoridade Policial.....	31
9. Restituição feita pelo Juiz criminal.....	32
10. Direito do terceiro de boa-fé.....	33
11. Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	34
12. Coisas adquiridas com os proventos do crime	34
13. Destino dos objetos apreendidos.....	37
14. Coisas apreendidas em face de contrabando ou descaminho	39
15. Destino das coisas apreendidas ou sequestradas, quando se tratar de tráfico de substâncias entorpecentes, de acordo com os arts. 60 a 64 da Lei n. 11.343, de 23-8-2006 (nova Lei de Tóxicos)	39

CAPÍTULO 34

DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

1. Generalidades	45
------------------------	----

2. Medidas precautórias penais	46
3. Restituição, ressarcimento e reparação	47
4. O ofendido e as medidas assecuratórias.....	47
5. O sequestro	48
6. Embargos ao sequestro	51
7. Levantamento do sequestro.....	53
8. Sequestro de móveis	55
9. Sentença penal condenatória.....	56
10. Hipoteca legal	57
11. Pressupostos.....	58
12. Medida preventiva. O arresto do bem a ser hipotecado	61
13. Liquidação definitiva	62
14. Absolvição	63
15. Arresto de móveis	63
16. Bens fungíveis	66
17. Responsável civil	67

CAPÍTULO 35

DO INCIDENTE DE FALSIDADE

1. Origem da palavra <i>documento</i>	69
2. Razão de ser do incidente	70
3. Súmula do incidente	71
4. Procedimento	72
5. A remessa ao Ministério Público	73
6. Faz coisa julgada a decisão?	74
7. Legitimidade	74
8. O Juiz poderá suscitar?	75
9. O processo principal ficará suspenso?	76

CAPÍTULO 36

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico.....	77
2. A antijuridicidade	78

3. A culpabilidade.....	79
4. A imputabilidade.....	80
5. A importância do exame.....	80
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade.....	81
7. Os menores de 18 anos.....	82
8. Os amentais.....	82
9. A embriaguez.....	83
10. Critério biopsicológico.....	85
11. Comprovação da inimputabilidade.....	85
12. Oportunidade para o exame que comprove a insanidade.....	87
13. Legitimidade.....	88
14. Procedimento.....	88
15. Quesitos.....	90
16. A doença mental antes e depois da infração.....	91
17. Não vinculação do Juiz à perícia.....	92

CAPÍTULO 37

DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS

1. Noções gerais. Fato e ato processuais.....	93
2. Os atos processuais. Conceito.....	95
3. Critérios para a classificação.....	95
4. Atos das partes.....	96
5. Atos dos Juízes.....	99
6. Atos dos Auxiliares da Justiça.....	101
7. Atos de terceiros.....	101
8. Atos simples e complexos.....	101
9. Termos.....	102
10. Audiências.....	103
11. Sessões.....	105
12. Limites de lugar.....	105
13. Limites de forma.....	107
14. Limites de tempo.....	111
15. Prazo.....	111
16. Preclusão.....	114

17. Espécies de prazo.....	116
18. Contagem dos prazos	117
19. Fixação do <i>dies a quo</i>	121
20. Prazos contínuos e peremptórios	125

CAPÍTULO 38

DAS NULIDADES

1. Noções preliminares	128
2. Ato inexistente.....	130
3. Atos nulos e irregulares	132
4. O ato inexistente, o ato nulo e a coisa julgada.....	133
5. A nulidade	136
6. Não há nulidade sem prejuízo.....	137
7. Irrelevância do ato	137
8. Atos e formalidades essenciais	138
9. A classificação dos atos e das formalidades	143
10. A incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....	143
11. Ilegitimidade de parte	145
12. A omissão da peça acusatória ou da representação.....	146
13. Ausência de corpo de delito.....	147
14. Ausência de Defensor e Curador	148
15. A falta de intervenção do Ministério Público	151
16. A falta de citação do réu, do seu interrogatório, quando presente, e dos prazos concedidos à Acusação e à Defesa	153
17. A falta de pronúncia, libelo, e entrega da respectiva cópia.....	159
18. A falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, quando não puder ser julgado à revelia	160
19. A falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	160
20. A falta de <i>quorum</i> para a instalação da sessão do Júri.....	162
21. A falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade	163
22. A falta de quesitos e das respectivas respostas	164
23. A falta de acusação e defesa na sessão de julgamento.....	168
24. A falta de sentença.....	171

25. Ausência do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido	171
26. A falta de intimação, nas condições estabelecidas na lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso	172
27. A falta de <i>quorum</i> nos julgamentos levados a cabo pelo STF e Tribunais de Justiça	175
28. Nulidades absolutas e relativas no CPP	175
29. Momento para a arguição da nulidade	179
30. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	181
31. Quem pode arguir a nulidade?	181
32. Modos de sanabilidade.....	183
33. Pode haver nulidade em inquérito?	184

CAPÍTULO 39

DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Considerações gerais.....	188
2. Conceito.....	188
3. Órgãos da citação.....	190
4. Vinculação à instância. Haverá necessidade de se proceder à citação na execução?.....	191
5. Quem pode ser citado	191
6. Citação de incapazes.....	192
7. A citação como garantia individual	192
8. Pode o réu ser cientificado da acusação antes da citação?.....	193
9. Consequências do não atendimento à citação	194
10. Efeitos da citação válida	194
11. Espécies de citação	195
12. Citação por mandado. Requisitos intrínsecos e extrínsecos.....	196
13. Citação por meio de carta precatória	197
14. Pode o réu ser ouvido no juízo deprecado?	199
15. Precatória por telegrama	202
16. É possível a precatória por telefone?	203
17. Citação do militar	203
18. Citação do funcionário público.....	204
19. Citação do preso	205

20. Réu que se encontra no estrangeiro. Como se procede à citação. A rogatória. Haverá necessidade de legalização consular? O art. 210 do CPC	206
21. Citação em legações estrangeiras.....	207
22. A carta de ordem*	208
23. Citação (ou notificação) por edital.....	208
24. Citação ficta. Crítica.....	208
25. As hipóteses em que se permite a <i>citatio edictalis</i>	218
26. Se o réu não for encontrado.....	219
27. Quando o réu se oculta	220
28. Quando o lugar em que estiver o citando for inacessível.....	221
29. Quando incerta a pessoa do citando.....	221
30. Quando o réu se encontrar no estrangeiro, em lugar não sabido	222
31. Como se procede à citação por edital?.....	222
32. Revelia. Hipóteses. Consequências	224
33. Das notificações e intimações.....	226

CAPÍTULO 40

DA PROVA

1. Noções preliminares	233
2. Prova emprestada.....	238
3. Liberdade de prova	239
4. Ônus da prova.....	266
5. Apreciação das provas	271
6. Das perícias em geral.....	275
7. Realização da perícia	285
8. Necropsia	288
9. Exumação	290
10. Exame complementar.....	290
11. Exames dos escritos.....	293
12. Exames por precatória	295

CAPÍTULO 41

DO INTERROGATÓRIO

1. Noções gerais.....	297
-----------------------	-----

2. Necessidade	301
3. Oportunidade	305
4. Caracteres	305
5. Faculdade de não responder	306
6. Não participação da Defesa	309
7. Conteúdo	319
8. Corrêus	320
9. Oralidade	320
10. Acusado menor	321
11. Confissão	321
12. Força probatória da confissão	322
13. Divisão	324
14. Espontaneidade	325
15. Retratabilidade	326
16. Divisibilidade	326
17. Confissão ficta	327

CAPÍTULO 42

OFENDIDO E TESTEMUNHAS

1. Conceito de ofendido ou vítima	329
2. Ofendido e testemunhas. Sanções	331
3. O ofendido presta compromisso?	333
4. Valor probatório da palavra do ofendido	335
5. Conceito de testemunha	336
6. Fundamento da prova testemunhal	337
7. Valor probatório	337
8. Classificação	341
9. Caracteres do testemunho	343
10. Oralidade	344
11. Objetividade	345
12. Retrospectividade	345
13. Capacidade	345
14. Dever de depor	347

15. Exceções ao dever de depor.....	347
16. Subdeveres	353
17. Comparecimento.....	353
18. Exceções ao dever de comparecer.....	354
19. Sanções	357
20. Dever de prestar compromisso.....	360
21. Ausência de compromisso	362
22. Importância do compromisso.....	363
23. Providências que se tomam quando a testemunha depõe falsamente	366
24. Depoimento: verificação de identidade; verificação de possível vinculação com as partes; advertência e objeto concreto do depoimento	370
25. Número de testemunhas	374
26. Oportunidade para arrolar testemunhas	375
27. Contradita e arguição de defeito	376
28. Contradita	376
29. Arguição de defeito.....	377

CAPÍTULO 43

RECONHECIMENTO, ACAREAÇÃO E DOCUMENTOS

1. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	379
2. Procedimento	382
3. Reconhecimento de coisas	384
4. Da acareação.....	384
5. Procedimento	385
6. Qual o valor das acareações?.....	387
7. Dos documentos.....	388
8. Documentos em sentido estrito.....	389
9. Documentos e instrumentos. Instrumentos e papéis	390
10. Classificação dos documentos	392
11. Momento para a apresentação.....	395
12. Quais os documentos que podem ser apresentados?.....	396
13. Providência do Juiz.....	396

14. Autenticidade.....	397
15. Documentos em língua estrangeira.....	398
16. Desentranhamento.....	398
17. Dos indícios.....	399

CAPÍTULO 44

DA BUSCA E APREENSÃO

1. Noção geral.....	407
2. Oportunidade.....	408
3. Iniciativa.....	408
4. Sujeito ativo.....	408
5. Sujeito passivo.....	409
6. Busca domiciliar.....	409
7. Inviolabilidade do domicílio.....	409
8. Noção de domicílio.....	412
9. Finalidade.....	413
10. Apreensão de cartas.....	413
11. A enumeração feita pelo § 1º do art. 240 do CPP é taxativa?.....	415
12. Condição de legitimidade.....	415
13. Necessidade de mandado.....	416
14. Quando se procede às buscas e apreensões domiciliares?.....	417
15. Como se procede às buscas domiciliares?.....	419
16. Busca sem mandado.....	419
17. Busca com mandado.....	421
18. Busca pessoal.....	423
19. Finalidade.....	424
20. Quem pode realizá-la?.....	424
21. Haverá necessidade de mandado?.....	425
22. Busca em mulher.....	426
23. A documentação.....	426
24. Poderá ser realizada a busca no escritório do Advogado?.....	426
25. E nas repartições públicas?.....	428
26. Apreensão em território sujeito a jurisdição alheia.....	429

CAPÍTULO 45

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Conceito.....	431
2. Prisão-pena e prisão sem pena.....	432
3. A prisão-pena.....	432
4. As penas previstas no nosso Código Penal.....	436
5. A prisão-pena nas contravenções.....	442
6. Prisão na Lei de Imprensa.....	442
7. Prisão-albergue.....	443
8. Prisão sem pena.....	443
9. A prisão cautelar de natureza processual.....	445
10. Princípios constitucionais.....	447
11. Disposições gerais.....	450
12. A autoridade competente.....	451
13. A ordem escrita.....	453
14. Duplicata.....	456
15. Prisão realizada por mandado.....	457
16. Prisão solicitada por precatória.....	457
17. Prisão solicitada por telegrama.....	458
18. Prisão solicitada por telefone.....	458
19. Prisão em outra comarca.....	459
20. Custódia.....	459
21. Perseguição material.....	460
22. Realização da prisão por mandado.....	460
23. Momento para a realização da prisão.....	461
24. Inviolabilidade do domicílio.....	461
25. Uso da força.....	466
26. Prisão especial.....	470
27. Interpretação restritiva.....	478

CAPÍTULO 46

DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. Origem da palavra <i>flagrante</i>	483
2. Fundamento atual.....	484

3. Fundamento anterior	486
4. O flagrante no Direito anterior	489
5. Natureza jurídica.....	489
6. Sujeito ativo.....	493
7. Sujeito passivo	493
8. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada.....	496
9. Flagrante nas contravenções	498
10. Espécies de flagrante	499
11. Diferenças entre as modalidades de flagrante.....	502
12. Infrações permanentes e habituais	504
13. O auto de prisão em flagrante: formalidades, importância das formalidades, prazo para a lavratura do auto.....	506
14. A nota de culpa.....	515
15. Comunicação da prisão	516
16. Infração praticada em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	517
17. Prisão efetuada fora do <i>locus delicti</i>	519
18. Concessão da liberdade provisória.....	520
19. Poderá a Autoridade Policial relaxar a prisão?	528
20. Flagrante preparado	529
21. Flagrante protelado	531
22. Flagrante forjado.....	531

CAPÍTULO 46-A

DA PRISÃO TEMPORÁRIA

1. Introdução	533
2. Quem pode decretar a prisão temporária? Qual o seu prazo de duração?	535
3. Em que hipóteses se admite a prisão temporária?	536
4. Os requisitos da cautelaridade	538

CAPÍTULO 47

DA PRISÃO PREVENTIVA

1. Noções gerais.....	541
-----------------------	-----

2. Espécies	543
3. Prisão preventiva compulsória	543
4. Prisão preventiva facultativa	547
5. Fundamento da prisão preventiva.....	549
6. Pressupostos.....	550
7. Autoridade para decretá-la.....	551
8. Circunstâncias que autorizam a preventiva segundo o CPP vigente	552
9. Momento para a decretação	564
10. Quem poderá requerer a medida?	568
11. As hipóteses legais.....	568
12. Fundamentação	571
13. Recursos.....	573
14. Proibição.....	574
15. Preventiva nas contravenções.....	575
16. Revogação.....	576

CAPÍTULO 48

DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Generalidades	577
2. Sucedâneos da prisão provisória	583
3. A prisão domiciliar	586
4. A liberdade provisória com ou sem fiança.....	588
5. Conceito de liberdade provisória	588
6. Fundamento	589
7. Antecedentes.....	590
8. Liberdade provisória	591
9. A liberdade provisória sem fiança, mas vinculada.....	592
10. As hipóteses de liberdade provisória vinculada sem fiança	594
11. O art. 310 do CPP.....	594
12. O parágrafo único do art. 310 do CPP	595
13. Restrições legais	600
14. A conversão da liberdade sob fiança em liberdade sem fiança	601
15. Obrigações	603
16. Recurso	603

17. Réu pobre.....	603
18. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	607
19. Conversão, nos termos do art. 310, parágrafo único.....	610
20. A pronúncia nos crimes afiançáveis.....	611
21. Liberdade provisória mediante fiança. As hipóteses legais.....	612
22. Conceito de fiança.....	630
23. Finalidade.....	631
24. É definitiva a fiança?.....	632
25. Momento para a prestação.....	632
26. Quem pode prestá-la?.....	633
27. As obrigações do afiançado.....	634
28. Limites da fiança.....	636
29. Extinção da fiança.....	642
30. Quebramento.....	642
31. Quem pode decretar o quebramento? Recurso.....	642
32. Conseqüências.....	643
33. Destino da fiança.....	644
34. Liberdade provisória, mesmo quebrada a fiança.....	644
35. Perdimento da fiança.....	645
36. Conseqüência.....	645
37. Recurso.....	645
38. Cassação da fiança.....	646
39. Conseqüência.....	646
40. Recurso.....	647
41. Fiança sem efeito.....	647
42. Reforço.....	648
43. Autoridade competente para julgar a fiança sem efeito.....	650
44. Absolvição.....	650
45. Extinção da punibilidade.....	651
46. Condenação.....	651
47. Execução.....	651
48. Abolição da fiança.....	651

CAPÍTULO 49

Lei n. 7.210, de 11-7-1984, que institui a Lei de Execução Penal.....	655
---	-----

APÊNDICE

Portaria n. 26, de 14-8-1990.....	705
BIBLIOGRAFIA	711